



## Desigualdades económicas e migrações internacionais

Sérgio Pires Vieira

### Introdução

De um ponto de vista económico, as migrações de trabalho são determinadas pelos diferenciais de salários entre regiões. Os indivíduos procuram aumentar os seus rendimentos e para isso oferecem a sua força de trabalho onde seja mais bem remunerada. No entanto os salários mais elevados podem ser procurados por razões diversas : pelo seu valor absoluto tal como é analisado na perspectiva marginalista, ou pelo seu valor relativo como tem sido proposto pela nova economia das migrações<sup>1</sup>. Neste segundo caso, os diferenciais de salários entre países não são a única variável determinante no processo migratório internacional, são também as interacções sociais no contexto de partida. A análise do contexto social de partida dos indivíduos é assim fundamental para entender as estratégias e motivações pessoais ou familiares da migração.

---

<sup>1</sup> Stark, Oded ; Bloom, David E., « The New Economics of Labor Migration », in *American Economic Review*, vol. 75, 1985, p. 173-178.

Em vez de analisar as migrações internacionais unicamente à luz dos diferenciais de salários entre países, pretende-se aqui dar mais importância ao contexto social de partida na definição dos comportamentos migratórios. Nem todos os indivíduos reagem da mesma forma às oportunidades salariais no estrangeiro. Seria possível identificar grupos de indivíduos mais propícios a responderem aos incentivos do mercado de trabalho externo? O que distingue por exemplo os migrantes internacionais dos migrantes internos? A resposta a este tipo de perguntas tem implicações teóricas no campo das migrações, mas também na definição de políticas de desenvolvimento.

Privilegiando como objecto de estudo as migrações de origem rural em Portugal no período 1950-1970, partimos da hipótese de que as desigualdades económicas no contexto de partida são determinantes no processo migratório. Os indivíduos estabelecem comparações interpessoais dos seus rendimentos no seu grupo social de referência, gerando satisfação ou frustração consoante a sua posição económica relativa. Nesta perspectiva, os mais desfavorecidos sofrem de um sentimento de privação relativa mais importante e estão mais predispostos a migrar ou a procurar destinos capazes de alterar a sua posição no contexto social de partida. No entanto, este tipo de análise implica aproximar-se de estruturas sociais intermédias capazes de oferecer informações mais detalhadas sobre os indivíduos no seu contexto de referência.

I. Apresentamos as divergências teóricas entre as perspectivas em termos de salários esperados e relativos. II. Expomos a construção do nosso estudo empírico em torno de uma aldeia, como grupo social de referência inicial dos migrantes. III. Interpretamos os resultados empíricos mais relevantes para a discussão proposta nesta apresentação. IV. Discutimos as implicações políticas desses resultados.

- I. A importância das desigualdades económicas locais : salários esperados *versus* salários relativos.

Em economia, as migrações são tradicionalmente observadas como o resultado de diferenciais de salários, absolutos ou esperados<sup>2</sup>, entre regiões. Quanto mais importante for o diferencial de salários entre duas regiões, maior será a intensidade dos fluxos migratórios. As oportunidades salariais mais elevadas são deste modo consideradas como factor explicativo das migrações de trabalho. No entanto, esta perspectiva parte do pressuposto micro-económico, que os indivíduos maximizam os seus rendimentos *per se* e tomam as suas decisões de forma isolada, independentemente da interacção com outros indivíduos no contexto de partida. Mas as decisões micro-económicas não serão elas influenciadas pelas relações de proximidade ou pelas comparações interpessoais no contexto social de referência?

Em alternativa à perspectiva marginalista, assente num indivíduo tipo e universal, a nova economia das migrações procura inserir os indivíduos no seu contexto social de referência considerando as condições económicas de partida determinantes no comportamento migratório. Partindo da teoria da privação relativa, um novo modelo tem sido proposto em economia para avaliar a intensidade das migrações<sup>3</sup>. Os indivíduos estabelecem comparações interpessoais no grupo social de referência que podem gerar um sentimento de privação relativa em função da posição económica inicial e estimular a migração. Quanto maiores forem as desigualdades económicas no contexto de partida, maior será o sentimento de privação relativa e maior será o incentivo à migração. Neste caso um indivíduo migra com intenção de melhorar a sua posição relativa no contexto social de partida. As migrações não representam unicamente uma oportunidade para aumentar os seus rendimentos (individuais ou familiares) em termos absolutos, mas também para aumentar em termos relativos. Enquanto que no modelo de salários esperados a motivação da migração de trabalho reside

---

<sup>2</sup> Os diferenciais de salários podem ser analisados em termos estáticos, tratando-se nesse caso de salários reais absolutos. No entanto outros modelos foram desenvolvidos numa perspectiva mais dinâmica, tratando-se nesse caso de salários esperados, tendo em conta os rendimentos a mais longo prazo (Sjaastad) ou ponderados pela probabilidade de encontrar um trabalho (Todaro). Ver Sjaastad, Larry A., « The costs and returns of human migration », in *Journal of Political Economy*, vol. 70, Outubro 1962, p. 80-93, e Todaro, Michael P., « A Model of Labor Migration and Urban Unemployment in Less Developed Countries », in *The American Economic Review*, 59 n°1, Março 1969, p. 138-148.

<sup>3</sup> Stark, Oded, « Rural -to-Urban Migration in LDCs: A Relative Deprivation Approach », in *Economic Development and Cultural Change*, vol. 32, n°3, Abril 1984, p. 465-481.

na possibilidade de otimizar a venda da sua força de trabalho, no modelo de privação relativa a motivação reside na vontade de melhorar a sua situação económica em termos relativos.

Consideremos um exemplo relativamente simples para entender claramente estas duas propostas teóricas :

Numa Aldeia "A" toda a população auferem um salário de 20 unidades. Numa cidade "X" o salário é de 40 unidades. No caso de indivíduos motivados pela maximização dos salários esperados, a probabilidade de migrar da aldeia "A" para a cidade "X" é elevada<sup>4</sup>. No caso de migrações determinadas unicamente pelo sentimento de privação relativa, a propensão para migrar é nula, visto não haver desigualdades de rendimento na Aldeia "A".

Imaginemos agora uma segunda Aldeia "B", na qual metade da população recebe um salário de 40 unidades. No caso de uma propensão migratória influenciada unicamente pelos diferenciais de salários, as migrações seriam menos elevadas do que na Aldeia "A". No caso de os indivíduos estabelecerem comparações interpessoais, a privação relativa na Aldeia "B" seria mais elevada do que na Aldeia "A", e as migrações seriam igualmente mais importantes.

- Relação com as migrações internacionais.

Nos modelos de salários esperados, a propensão dos indivíduos para participar nas migrações internacionais, depende unicamente dos diferenciais de salários entre dois países. No modelo proposto pela nova economia das migrações, a propensão para participar nas migrações internacionais depende do sentimento de privação relativa na sociedade de origem<sup>5</sup>. Os indivíduos procuram tirar partido dos diferenciais de salários mais elevados no estrangeiro para melhorar a sua posição relativa (económica e social) no contexto de partida. Neste caso, a importância das desigualdades económicas na sociedade de origem são determinantes para avaliar a intensidade dos fluxos migratórios externos.

---

<sup>4</sup> Fazemos aqui abstracção das barreiras à mobilidade espacial.

<sup>5</sup> Taylor, J. Edward ; Stark, Oded, "Relative Deprivation and International Migration", in Stark, O., *Labor Migration*, Cambridge, Oxford, Blackwell, 1991.

Dois aspectos distinguem assim os modelos baseados na maximização dos salários em absoluto e os modelos baseados na ideia de privação relativa : os salários são uma variável central no processo migratório, mas a avaliação da sua utilidade depende, neste segundo modelo, da situação económica inicial no contexto social de referência.

## II. Apresentação do trabalho empírico

O cenário das migrações de origem rural em Portugal no período 1950-1970 é um excelente objecto de estudo para avaliar a importância das desigualdades económicas na definição dos comportamentos migratórios : por um lado as desigualdades económicas no meio rural, nomeadamente tradicional, são importantes ; por outro lado, as intensas migrações de origem rural são tanto internas como externas durante este período, permitindo estabelecer comparações entre os diferentes tipos de migrantes.

Tanto as migrações externas como as migrações internas estão relativamente bem documentadas e analisadas, mas a questão que nos interessa no quadro deste trabalho é saber o que distingue os migrantes externos dos migrantes internos. Poremos à prova a hipótese de que os indivíduos em situação de privação relativa têm mais propensão para se deslocarem para os mercado de trabalho no estrangeiro.

Para interpretar os comportamentos migratórios em termos de privação relativa é necessário definir um grupo social de referência coerente, no qual os indivíduos estabelecem habitualmente comparações interpessoais. Somente a partir de estruturas sociais intermédias é possível analisar os processos concretos de interacção social e obter informações micro e longitudinais sobre os indivíduos. Consideramos por isso :

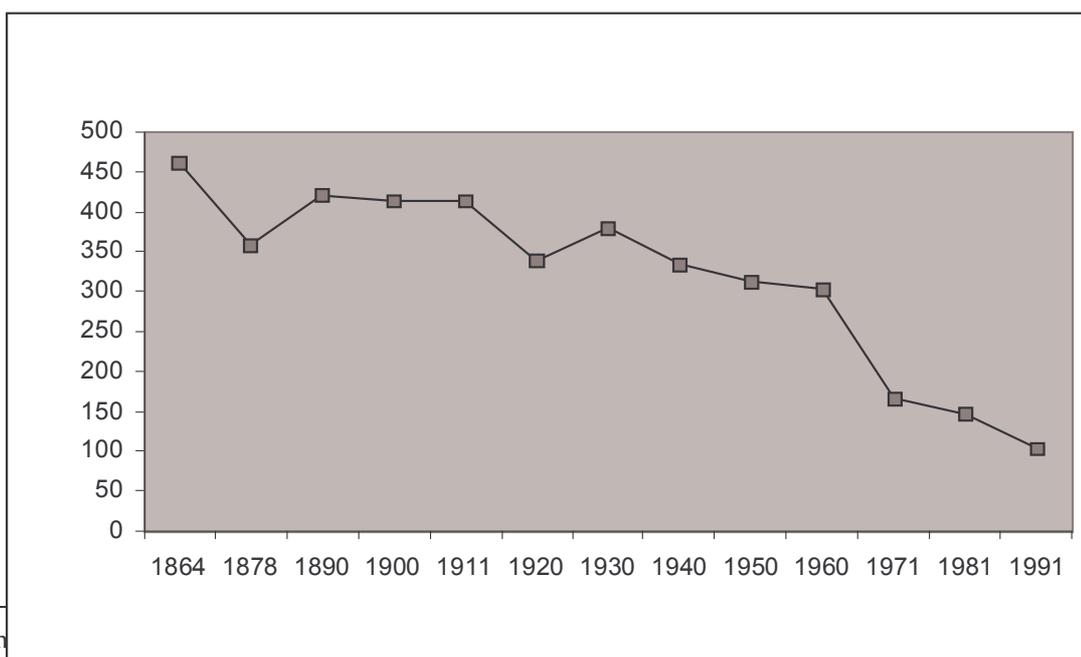
(i) que a aldeia de origem pode funcionar como grupo social de referência dos migrantes ;

(ii) dentro desta é necessário identificar subgrupos económicos ;

(iii) depois de observar os principais destinos migratórios, internos e externos, é possível comparar as características económicas dos migrantes em função do destino.

(i) O nosso estudo de caso será uma aldeia da Beira Alta, no concelho da Guarda<sup>6</sup>. Como muitas outras do Concelho da Guarda, a Aldeia conheceu um despovoamento rápido entre 1950 e 1970, sobretudo a partir de 1960 : a população passou de 312 pessoas em 1951 para 165 em 1971.

Figura 1 : Evolução demográfica da Aldeia entre 1864 e 1991



<sup>6</sup> Um

Fonte : *Recenseamento Geral da População*, I.N.E.

(ii) A economia local depende essencialmente da actividade agrícola tradicional, havendo obviamente rendimentos extra-agrícolas, como a venda de força de trabalho fora das unidades de produção familiares. No entanto o que nos interessa é justamente avaliar a influência da situação económica de partida na mobilidade do factor trabalho, propondo por isso cingir-nos aos rendimentos da actividade agrícola para distinguir os subgrupos económicos<sup>7</sup>.

Na aldeia podem-se distinguir três grupos económicos em função da dimensão da propriedade fundiária :

os jornaleiros = sem terra ;

os pequenos proprietários = propriedades entre 0 e 2 hectares ;

os proprietários médios = propriedades entre 4 e 15 hectares.

No quadro que se segue apresentamos o número de pessoas por grupo económico, o que não corresponde ao número de propriedades que é menor.

Quadro 1 : População de Aldeia por grupo económico em 1950

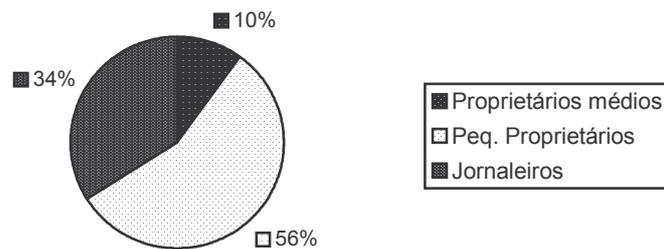
	Jornaleiros	Peq. proprietários	Proprietários médios
Número de pessoas	98	161	29
Percentagem	34%	56%	10%

Fonte : Dados do autor.

Figura 2 : Repartição local do número de indivíduos por grupo económico

---

<sup>7</sup> É perfeitamente discutível a definição dos grupos económicos em função da dimensão da propriedade fundiária. Tal como acabou de ser referido isso pressupõe que os rendimentos individuais ou familiares sejam determinados principalmente pela actividade agrícola familiar.



### (iii) Migrantes e destinos

Neste estudo são considerados "migrantes" todos os indivíduos que se deslocam para trabalhar por um período superior a três meses, independentemente do destino e da idade.

Para destinos como Lisboa ou Europa, a migração de trabalho identifica-se facilmente. Para os destinos intra-rurais, de distâncias mais curtas, é mais difícil separar a motivação puramente económica, por exemplo duma opção matrimonial. No entanto, ambas foram consideradas como uma migração<sup>8</sup>.

Estão excluídos desta contagem, os migrantes cuja mobilidade espacial é organizada no quadro da instituição para qual trabalham, não dependendo de escolhas individuais totalmente livres. Trata-se, no caso de Aldeia, de Professores e Padres. Estão igualmente excluídos os indivíduos que partem para estudar, ficando apenas registada a migração uma vez que apresentem rendimentos próprios, muitas vezes ainda antes da idade adulta.

Como foram conhecidos os migrantes e os seus destinos? A partir dos registos paroquiais foi possível estabelecer uma lista nominativa da população da Aldeia em 1950<sup>9</sup>. A partir dessa lista, realizaram-se inquéritos aos próprios ou às respectivas famílias de forma a obter informações retrospectivas sobre os comportamentos migratórios. O número de

<sup>8</sup> É importante frisar que as migrações intra-rurais nas famílias de jornaleiros são recorrentes desde a idade pré-adolescente até contraírem matrimónio, mantendo muitas vezes a casa parental como residência principal. No entanto, neste estudo elas estão seguramente sub-avaliadas, pois foram registadas apenas aquelas de que tomamos conhecimento.

<sup>9</sup> Ver mais em detalhe Vieira, Sérgio Pires, " Développement, économie familiale et allocation du travail. Inégalités et migrations internes/externes dans un village de Beira Alta - 1950-1970", Tese de Doutoramento, EHESS, Paris, 2004.

migrantes por grupo económico está aqui apresentado, tendo em conta uma população de 288 pessoas.

Quadro 2 : Número de migrantes por grupo económico entre 1950 e 1970

	Número total de migrantes
Jornaleiros	74
Peq. Proprietários	99
Proprietário Médios	24

Fonte : Dados do autor.

Existem diversos destinos, mas vamos simplificar a comparação nesta apresentação analisando apenas os três principais tipos de migração<sup>10</sup> :

- as migrações intra-rurais
- as migrações para Lisboa
- e as migrações externas para a Europa industrializada.

Quadro 2 : Número de migrantes por destino em função do grupo económico, entre 1950 e 1970

	Migração intra-rural	Lisboa	Europa	Total
Jornaleiros	15	8	37	60

---

<sup>10</sup> Existem outros destinos que foram analisados no quadro de uma pesquisa mais ampla, mas no âmbito desta reflexão não são relevantes e acabariam por sobrecarregar a apresentação. Por isso, o número de migrantes por grupo económico apresentado neste quadro é inferior ao número real.

Peq. Proprietários	16	30	11	57
Proprietário Médios	1	9	1	11
Total	32	47	49	128

Fonte : Dados do autor.

Quadro 3 : Valor percentual do numero de migrantes por destino em função do grupo económico, entre 1950 e 1970

	Migração intra-rural	Lisboa	Europa
Jornaleiros	0,47	0,17	0,76
Peq. Proprietários	0,5	0,64	0,22
Proprietário Médios	0,03	0,19	0,02
Total	1	1	1

Fonte : Cálculos do autor.

### III. Interpretação dos resultados empíricos.

(1) Diversos argumentos comprovam a existência de uma relação positiva entre a situação de privação relativa<sup>11</sup> no contexto social da aldeia e a procura de salários mais elevados :

- As migrações externas, neste caso intra-europeias, são dominadas pelo grupo económico mais pobre da Aldeia : 76% dos migrantes externos são jornaleiros. Para além disso, neste grupo económico é relativamente reduzida a percentagem de indivíduos que migram para Lisboa.
- Um outro argumento, ao considerar diferentes dados longitudinais<sup>12</sup>, é a existência de uma percentagem de regressos para a aldeia muito maior no caso dos emigrantes intra-europeus do que qualquer outro tipo de migrante. A sociedade de destino é nestes casos considerada a curto prazo e comprava um maior investimento social na sociedade de

<sup>11</sup> Avaliada pela situação económica mais desfavorecida dos jornaleiros comparativamente aos outros grupos económicos.

<sup>12</sup> Podem ser consultados em Vieira, *op. cit.*

origem. Entre estes, os jornaleiros regressam mais tarde que os pequenos proprietários e investem de forma muito mais ostensiva na aldeia : compra de propriedades sem uso agrícola da terra e construção de casas, nomeadamente compra de casas aos proprietários médios que abandonaram definitivamente a aldeia.

Claramente, os migrantes intra-europeus mantiveram uma ligação muito forte com o contexto social de origem. Alguns voltaram para a aldeia outros voltaram para a cidade mais próxima, Guarda. Mas mesmo estes últimos, não deixaram de investir na aldeia, numa casa ou em terras. Estes investimentos são claramente diferentes dos migrantes internos, que mesmo não perdendo os laços com a aldeia de origem, não investem na sua integração local. Estes investimentos de migrantes internacionais confirmam em parte a vontade de ostentar um sucesso e novo estatuto económico que os motivou a partir. No caso dos migrantes internos o investimento social é orientado para o contexto urbano : mais investimento em capital escolar, profissional, ...

- Um terceiro argumento advém da comparação dos migrantes intra-europeus entre os dois grupos económicos, jornaleiros e pequenos proprietários. Ao contrário dos jornaleiros, as migrações intra-europeias dos pequenos proprietários são em geral por períodos mais curtos (mesmo que atingindo dez anos em muitos casos), e sobretudo não realizam o agrupamento familiar no estrangeiro. As migrações externas, neste grupo económico, correspondem sobretudo ao chefe de família sem haver uma mudança radical nos modos e hábitos de vida a nível local : o investimento é menos ostensivo e muito mais orientado para o capital escolar dos filhos e o melhoramento da exploração agrícola, que tentam manter sem intenções de a abandonarem. Se a migração externa serve nos dois casos para melhorar a sua situação relativa no contexto de partida, os jornaleiros estão mais preocupados em afirmar o seu novo poder económico, contrastando assim com alguma discrição dos pequenos proprietários que mantêm o sistema agrícola tradicional.

- (2) No entanto outros factores podem explicar a maior propensão dos grupos económicos mais desfavorecidos para participar nas migrações intra-europeias : o fraco capital económico de que dispõem não é compensado por outros capitais (social, escolar, espacial) que facilitem a integração no mercado de trabalho urbano interno. Iremos discutir aqui apenas dois argumentos que possam justificar a preferência dos destinos

externos, para além da privação relativa, no caso dos grupos económicos mais desfavorecidos : o financiamento da migração e o anonimato social.

- Os salários esperados mais elevados no estrangeiro, permitem maiores investimentos na deslocação, favorecendo deste modo quem tenha que recorrer a empréstimos para financiar a migração.

Como explicar que durante a dinamização do sector industrial nacional, a partir de 1950, existia ainda um grupo importante de migrantes intra-rurais? As migrações intra-rurais podem corresponder tanto a uma oportunidade de trabalho no mercado rural como a uma opção matrimonial. No entanto, a primeira destas duas razões muito raramente diz respeito aos pequenos proprietários. No caso dos jornaleiros é pelo contrário muito mais frequente haver migrações intra-rurais em função das oportunidades de trabalho agrícola. Nesse caso, porque não decidem deslocar-se mais frequentemente para as cidades internas, onde os salários são mais elevados do que no meio rural?

A fraca mobilidade rural-urbana do grupo económico mais pobres indica a existência de barreiras à mobilidade espacial, ou *intervenient factors*, específicas a este grupo<sup>13</sup>. Uma primeira barreira é de ordem económica ; a incapacidade de financiar a deslocação espacial e/ou um lapso de tempo de prospecção para encontrar um trabalho. Poderia parecer então paradoxal existirem migrações externas neste grupo económico, cuja deslocação é bem mais dispendiosa. No caso das migrações externas, todos os jornaleiros interrogados neste estudo, recorreram a um empréstimo no mercado de crédito informal. Certamente o investimento inicial não é possível ou não compensa um endividamento, face ao nível de rendimentos a curto prazo no caso das migrações internas. Deduz-se assim, no caso das migrações internacionais, que os elevados diferenciais de salários permitem aos mais desfavorecidos contrair um empréstimo para financiar a deslocação, sabendo que em pouco tempo o poderão reembolsar.

---

<sup>13</sup> Sobre as barreiras à mobilidade espacial específicas a certos grupos económicos ver Lipton, Michael, "Migration from Rural Areas of Poor Countries : The Impact on Rural Productivity and Income Distribution", in *World Development*, Vol. 8, 1980, p.1-24 e Rosenzweig, Mark R., "Labor Markets in Low-Income Countries", in *Handbook of Development Economics*, volume 1, Edited by H. Chenery and T. N. Srinivasan, Elsevier Science Publishers B. V., 1988, p. 713-762.

- Os custos psicológicos no âmbito de uma migração interna podem ser mais elevados do que numa migração externa. Neste sentido, as dessemelhanças socio-culturais internacionais podem ser uma vantagem para migrantes que tenham que se sujeitar a trabalhos socialmente pouco prestigiantes.

Se os grupos económicos mais desfavorecidos da Aldeia sofriam de uma privação relativa, a migração teria nesse caso que oferecer a oportunidade de melhorar a sua posição relativa no contexto partida. Mas na sociedade urbana o migrante corre o risco de aumentar o seu sentimento de privação relativa caso não conheça uma boa integração socio-profissional e proceda a novas comparações interpessoais. No estrangeiro é mais fácil manter um certo anonimato social, evitando comparações interpessoais, e exercer funções que dificilmente estaria prestes a aceitar no seu país de origem. No caso de uma migração interna, as comparações interpessoais são mais difíceis de evitar, implicando um investimento socio-profissional mais profundo, nem sempre possível dada a sua condição de partida. A esse respeito, observemos um dado importante : dos 8 jornaleiros que foram para Lisboa, 5 voltaram a migrar e todos para o estrangeiro, ou seja mais de metade ; dos 39 proprietários apenas 7 voltaram a migrar para o estrangeiro.

Mas então como explicar que a capacidade de integração socio-profissional dos jornaleiros no sector urbano seja *a priori* mais difícil do que para os proprietários, pequenos e médios? Vários argumentos justificam essa diferença, embora apresentemos aqui apenas duas ideias<sup>14</sup>. O investimento em capital escolar é consideravelmente menor por parte dos grupos económicos mais desfavorecidos<sup>15</sup>. Um segundo aspecto importante era a existência de redes familiares no sector urbano, por parte dos proprietários, facilitando no caso destas famílias maior circulação de informação e apoios à chegada<sup>16</sup>.

---

<sup>14</sup> Estas duas ideias foram extraídas de um trabalho mais aprofundado, onde se poderá consultar em detalhe diferentes argumentos. Ver Vieira, *op. cit.*

<sup>15</sup> Existia um número bem maior de indivíduos que não tinham concluído a escola primária no grupo dos jornaleiros. Ver Vieira, *op. cit.*

<sup>16</sup> Uma análise longitudinal de diversas famílias, ao longo de diversas gerações, permitiu observar que as famílias mais pobres tinham menos tradição de estabelecer migrações rurais-urbanas. Ver Vieira, *op. cit.*

#### IV. As perspectivas de intervenção pública.

Estas observações empíricas não têm só consequências teóricas, sugerem também uma intervenção pública mais adequada no processo de desenvolvimento. Poderá estranhar-se esta reflexão sobre as intervenções públicas mais pertinentes para controlar os fluxos migratórios de origem rural, visto não ser mais uma questão central em Portugal. As migrações externas já não são consideradas excessivas ou uma ameaça ao desenvolvimento equilibrado, tal como a transição urbana já está completada. No entanto, não são poucos os países em desenvolvimento que ainda vivem este tipo de problemas e por isso a experiência de Portugal pode ser aproveitada exactamente para avançar algumas hipóteses de intervenção mais adequada<sup>17</sup>.

Se as motivações migratórias para o estrangeiro excedessem o interesse colectivo<sup>18</sup>, a adequação dos interesses privados e colectivos implicaria uma estratégia de desenvolvimento capaz de controlar as migrações de origem rural e/ou para o estrangeiro. No entanto as variáveis que agem sobre as decisões micro-económicas são de natureza diferente e implicam instrumentos específicos para cada tipo de migração.

A) No caso das migrações externas resultarem da estagnação das forças produtivas e da falta de emprego<sup>19</sup>, uma proposta política eventual seria de estimular a oferta de emprego. Mas isto pressupõe que as migrações externas não apresentem nenhuma vantagem específica para os migrantes, comparativamente à oferta de trabalho interna. Ou seja, as migrações internas e externas são determinadas pelas mesmas variáveis. Neste caso a falta de emprego (no sector agrícola e industrial) é o factor principal das migrações externas da população de origem rural.

No entanto observámos que os migrantes internos e externos não tem o mesmo objectivo. É necessário lembrar que a maioria dos migrantes internos de origem económica mais modesta, no caso desta aldeia, voltaram a migrar para o estrangeiro. A falta de emprego

---

<sup>17</sup> Implica no entanto ter alguma cautela, com este tipo de comparações, tendo em conta as experiências históricas diferentes entre os países.

<sup>18</sup> Como foi por exemplo avançado, no caso de Portugal nesta época, por Ferreira, Eduardo Sousa, *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1976.

no sector urbano-industrial pode não ser a causa da migração externa dos indivíduos de origem rural. Estes procuram ganhos salariais relativamente mais importantes. Neste caso a criação de emprego no sector industrial nacional pode não ter grande efeito dissuasivo, enquanto os diferenciais de salários internacionais forem elevados.

B) Em vez de centrar a atenção sobre o desemprego, pode-se considerar os diferenciais de salários determinantes no processo migratório. Mas convém observar de forma mais precisa o interesse real por esses rendimentos mais elevados. Se as migrações externas resultarem unicamente de uma lógica de maximização dos salários esperados, a redução dos fluxos migratórios implica o aumento do nível de vida no sector de origem. Ao aumentar o nível de vida no sector rural, reduzem-se os diferenciais de salários intersectoriais ou internacionais, reduzindo deste modo a intensidade das migrações. Este tipo de medidas foram defendidas a partir dos anos setenta, para evitar ofertas desequilibradas de mão de obra nos diferentes sectores económicos<sup>20</sup>.

No entanto, observámos no caso desta aldeia que as migrações externas permitiram melhorias económicas relativas consideráveis. Os jornaleiros não só deixaram de ser mão de obra servil, como asseguraram o poder económico na aldeia. Pode-se considerar que os diferenciais de salários são procurados pela oportunidade de melhorar a sua posição relativa no contexto de partida. Neste caso o problema central reside nas desigualdades económicas no sector de origem.

Deste modo, no caso do aumento do nível de vida no sector rural sem reduzir as desigualdades económicas, provavelmente não baixa, mas até pode aumentar os fluxos migratórios. Como a motivação é gerada pelo sentimento de privação relativa, essa não desaparece se as desigualdades se mantêm, independentemente de um aumento do nível

---

<sup>19</sup> Diversos autores defenderam esta ideia, nomeadamente no caso de Portugal, ver por exemplo Almeida, Carlos ; Barreto, Antonio, *Capitalismo e Emigração*, 2ª edição, Lisboa, Prelo Editora, 1974.

<sup>20</sup> Um trabalho pioneiro sobre este assunto deve-se a Harris, John R., Todaro, Michael P., « Migration, Unemployment & Development : A Two-Sector Analysis », in *The American Economic Review*, vol. LX, nº1, Março 1970, p. 126-142. Esta ideia foi igualmente defendida em Portugal, ver : Lopes, António Simões, "Desenvolvimento regional e integração" - comunicação apresentada à II Conferência Internacional sobre a Economia Portuguesa, Gulbenkian, Lisboa, citado em Lopes, António Simões, *Desenvolvimento Regional*, 4ª edição, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1995, (p.278).

médio de vida<sup>21</sup>. Por outro lado, a importância das migrações intra-rurais deixa pressupor que uma das barreiras à mobilidade espacial, para os grupos económicos mais desfavorecidos, resulta da falta de meios económicos para investir numa migração de maior distância. Aumentando o nível de vida sem reduzir as desigualdades económicas entre os diferentes grupos, mantém-se a propensão para a migração e melhora-se a capacidade de deslocação espacial, substituindo eventualmente a migração intra-rural pela migração internacional.

### Conclusão

As migrações necessitam de forma geral de análises mais aprofundadas sobre as motivações concretas da mobilidade, cruzando nomeadamente diferentes disciplinas das ciências sociais. Só desta forma é possível recolher informações mais detalhadas sobre os indivíduos nos seus contextos sociais específicos e ultrapassar um certo número de *a priori* sobre os comportamentos micro-económicos. Neste caso concreto, a Aldeia era marcada por desigualdades económicas importantes produzindo diferentes comportamentos migratórios : o grupo económico mais desfavorecido foi atraído pelos salários esperados mais elevados no estrangeiro. Uma primeira interpretação possível desta relação positiva é considerar que os indivíduos estabelecem comparações interpessoais da sua condição económica no contexto social de partida, gerando um sentimento de privação relativa. Deste modo quanto maior for o sentimento de privação relativa, maior será a utilidade que representam os salários externos e maior será a propensão para a migração externa. Tendo em conta este incentivo económico, as intervenções públicas no intuito de controlar os fluxos migratórios externos têm que reduzir as desigualdades económicas no contexto social de partida dos migrantes.

No entanto, outros factores podem justificar esta relação positiva : vimos que esses salários elevados no estrangeiro oferecem a possibilidade de recorrer a empréstimos locais para financiar a migração, o que já seria mais arriscado no caso de uma migração interna, num mercado de trabalho incerto. Igualmente, a capacidade de integração no mercado de trabalho interno não é a mesma para todos os grupos económicos : os mais desfavorecidos

---

<sup>21</sup> Atingindo um certo nível de vida, os diferenciais de salários entre dois países perdem o efeito pretendido. Mas isso seria praticamente impossível de atingir a curto prazo.

não dispõem dos mesmos capitais (económicos, sociais, escolar, espacial, ...) não conseguindo uma integração socio-profissional equivalente aos grupos económicos mais favorecidos. A migração interna pode deste modo aumentar o sentimento de privação relativa. A esse respeito, observámos que uma percentagem elevada dos migrantes mais pobres procederam a uma segunda migração para o estrangeiro, depois de terem partido para Lisboa.

Cada tipo de migração conhece incentivos específicos, necessitando por isso intervenções específicas no intuito de controlar a intensidade dos fluxos. Se a privação relativa é um incentivo importante no processo migratório, a questão central é de saber quanto conta, para se poder elaborar intervenções mais adequadas. Para tal é necessário multiplicar os estudos empíricos e identificar outros incentivos específicos das migrações externas comparativamente a outro tipo de migrações. Mas também é importante desenvolver análises comparativas mais dinâmicas, em contextos sociais específicos. De um ponto de vista dinâmico a migração de uns pode gerar alterações na distribuição de riqueza no contexto de partida (devido às remessas) e aumentar a propensão para a migração de outros grupos. Este processo dinâmico, que não abordámos nesta apresentação, oferece também uma explicação alternativa ao processo de difusão da informação, para explicar o fenómeno recorrente da perpetuação das migrações. Um outro aspecto merece uma atenção particular ; a evolução dos contextos sociais de referência para os migrantes.